

Resumo

Relatório de Progresso do Governo do Inquérito da Torre Grenfell

Dezembro de 2025

Conteúdos

Visão Geral	2
Introdução	2
Cronograma de implementação.....	2
Relatório Anual de Fevereiro	3
Atualização sobre reformas mais amplas	3
Plano de aceleração de remediação (RAP - Remediation Acceleration Plan)	3
Regime de maior risco	3
Reformas da habitação social	4
Transparência e supervisão	5
Resumo da atualização sobre recomendações	6
A indústria da construção	6
Regulador Único da Construção	6
Definição de edifício de maior risco	6
Estrutura Governamental	7
Engenheiros de Incêndio	7
Controlo de Construção	8
Serviços de bombeiros e salvamento	8
Faculdade de Bombeiros e Salvamento.....	8
Conselho Nacional de Chefes de Bombeiros (NFCC) e a Brigada de Bombeiros de Londres (LFB)	8
Resposta e recuperação	9
Pessoas vulneráveis	9
Planos Residenciais de Evacuação de Emergência Pessoal (RPEEPs)	9

Visão Geral

Tema	Número de recomendações	Em progresso	Completo
A indústria da construção	28	25	3
Serviços de bombeiros e salvamento	13	12	1
Resposta e recuperação	14	14	0
Pessoas vulneráveis e recomendações da Fase 1	6	2	4
Total	61	53	8

Introdução

Este é o terceiro relatório de progresso do governo sobre as recomendações do Inquérito da Torre Grenfell: Fase 2. Esta edição do relatório de progresso foi publicada juntamente com o prospecto e consulta do Regulador de Construção Único, a declaração autoritária de engenharia de incêndio e documento de próximos passos e as conclusões da revisão do Regulador de Segurança de Edifícios da definição de edifício de alto risco.

O governo aceitou todas as conclusões do Inquérito e está a tomar medidas sobre todas as 58 recomendações para construir um sistema regulamentar mais robusto e confiável que proporcione habitações seguras e de qualidade para todos.

Desde o relatório de progresso em setembro, concluímos mais cinco recomendações. As recomendações 2, 17 e 25 relacionavam-se com a indústria da construção, a recomendação 39 relacionava-se com os serviços de combate a incêndios e salvamento, e a recomendação 58 relacionava-se com pessoas vulneráveis.

Cronograma de implementação

Mantemo-nos no caminho certo para cumprir todas as recomendações no prazo de quatro anos. Conforme estabelecido anteriormente, esperamos que demore este período de tempo, uma vez que algumas recomendações não podem ser implementadas sem a aprovação de nova legislação.

O [cronograma de implementação](#) que introduzimos em setembro estabelece os nossos marcos principais para cada recomendação e a nossa data prevista de conclusão. Continuaremos a atualizar isto trimestralmente para refletir novos marcos ou alterações nos cronogramas de implementação.

Continuamos a trabalhar para progredir em todas as recomendações ao ritmo apropriado e minimizar atrasos, e temos processos robustos em vigor para monitorizar este trabalho. Se os

prazos de entrega para recomendações específicas alguma vez precisarem de ser ajustados, iremos expor isso claramente na linha temporal de implementação e ser transparentes sobre o motivo do atraso e o impacto do mesmo.

Relatório Anual de Fevereiro

Na nossa resposta de fevereiro de 2025 ao relatório da Fase 2 do Inquérito da Torre Grenfell, comprometemo-nos a reportar anualmente ao Parlamento. Isto faz parte do nosso compromisso contínuo com a transparência e irá garantir que o nosso progresso permanece aberto a escrutínio.

O nosso primeiro relatório anual será publicado em fevereiro de 2026. Esperamos que este inclua tanto uma declaração verbal como escrita ao Parlamento, ambas estarão disponíveis aqui nesta página GOV.UK (Governo do Reino Unido).

Construiremos sobre a nossa resposta ao Inquérito, fornecendo uma visão geral mais ampla sobre o que nos propusemos a fazer e o progresso que foi feito até agora, planos para o próximo ano, e a nossa responsabilidade de proporcionar mudanças duradouras.

Após o relatório anual, continuaremos com os nossos relatórios trimestrais conforme programado em maio, setembro e dezembro antes de reportar ao Parlamento novamente em 2027.

Atualização sobre reformas mais amplas

Plano de aceleração de remediação (RAP - Remediation Acceleration Plan)

A partir de outubro de 2025, o Departamento está a monitorizar 5.570 edifícios residenciais que têm 11 metros ou mais de altura e foram identificados como tendo revestimento inseguro. Isto representa uns estimados 65-97% de todos os edifícios com 11 metros ou mais de altura que se espera serem remediados como parte dos programas de remediação do MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local).

Dos 5.570 edifícios identificados com revestimento inseguro, 2.705 (49%) iniciaram ou concluíram obras de remediação, dos quais 1.946 (35%) concluíram as obras de remediação. Isto inclui o progresso de remediação em edifícios de grande altura (18m+) e de altura média (11-18m).

A mais [recente divulgação mensal de dados de remediação de segurança de edifícios](#) foi publicada a 20 de novembro de 2025.

Regime de maior risco

Desde a introdução do regime de edifícios de maior risco (HRB - Higher-Risk Buildings) e o estabelecimento do Regulador de Segurança de Edifícios (BSR - Building Safety Regulator), começámos a avançar para uma melhor cultura de segurança e conformidade de edifícios.

No entanto, reconhecemos que a operação do regime resultou em algumas consequências não intencionais, nomeadamente os desafios enfrentados pelos requerentes em obter aprovação rápida do BSR (Building Safety Regulator) para tipos de trabalhos de construção rotineiros mas essenciais em edifícios de maior risco existentes.

Em particular, tomámos conhecimento de que alguns dos requisitos processuais mais abrangentes do processo de controlo de edifícios de maior risco podem impor requisitos de tempo e custo desproporcionados, impedindo a capacidade de realizar rapidamente certos tipos de trabalhos em edifícios de maior risco. Isto, em alguns casos, está a levar a atrasos prolongados na realização de trabalhos essenciais e outros trabalhos críticos de segurança, o que pode comprometer a segurança e o bem-estar dos residentes e utilizadores de edifícios em edifícios de maior risco.

É urgentemente necessária ação para garantir que o regime seja proporcional, continuando a defender padrões essenciais de segurança e qualidade dos edifícios.

É por isso que iremos consultar no novo ano para solicitar opiniões sobre as nossas propostas (incluindo de residentes e da indústria) para melhorar a proporcionalidade do processo de controlo de edifícios para certos tipos de trabalhos de construção em edifícios existentes dentro do regime de edifícios de maior risco.

A consulta procurará obter opiniões sobre propostas para simplificar os requisitos processuais de controlo de construção para os seguintes tipos de trabalhos de construção em edifícios de maior risco existentes: a perfuração de buracos em paredes internas para cablagem de fibra ótica, trabalhos em mastros de comunicações móveis e trabalhos em conjuntos de portas corta-fogo existentes, sendo que as propostas para cablagem de fibra ótica também se estendem a edifícios que não são de maior risco. No caso da cablagem de fibra ótica, também o processo de controlo de construção para edifícios existentes fora do âmbito do regime de maior risco. Procuraremos também obter opiniões sobre a viabilidade de estabelecer sistemas de autocertificação para estes trabalhos a longo prazo.

Também consultaremos formalmente o BSR (Regulador de Segurança de Edifícios) sobre estas propostas. Embora consultemos sobre a simplificação dos requisitos processuais, aqueles que realizarem tais trabalhos de construção continuarão a ser obrigados a cumprir os requisitos funcionais (normas) dos regulamentos de construção.

Reformas da habitação social

Em 30 de setembro, [orientámos o Regulador de Habitação Social a definir novas regras para a competência e conduta do pessoal](#) habitacional e regras sobre a [partilha de informação](#). As novas normas entrarão em vigor a partir de outubro de 2026. Procuraremos também alargar os direitos de Liberdade de Informação aos inquilinos das Organizações de Gestão de Inquilinos até abril de 2027.

[A Fase Um da Lei de Awaab](#) começou em 27 de outubro. Isto significa que os senhorios devem reparar problemas graves de humidade, bolor e outros problemas urgentes dentro de prazos estabelecidos. Ao longo de 2026 e 2027, o governo alargará os regulamentos para cobrir todos os perigos listados no Sistema de Classificação de Saúde e Segurança Habitacional (Housing Health and Safety Rating System), exceto sobrelocação.

Novos regulamentos entraram em vigor em 1 de novembro, o que significa que os senhorios devem realizar verificações rigorosas de segurança elétrica para novos arrendamentos a cada cinco anos. Devem também testar quaisquer aparelhos elétricos que forneçam. Estas regras aplicar-se-ão a todos os arrendamentos a partir de maio de 2026.

As consultas públicas sobre o Padrão de Habitações Dignas e os Padrões Mínimos de Eficiência Energética encerraram em setembro. Estamos a considerar as respostas antes de definir os próximos passos.

O [Fundo de Inovação para Habitação Social](#) foi lançado a 27 de outubro. Este fundo apoiará inquilinos, senhorios sociais e outras organizações para ajudar a testar novas ideias que dão aos inquilinos mais voz nas decisões que afetam as suas casas e serviços dos senhorios.

Após um processo de candidatura aberto, mais de 130 novos membros aderiram ao Painel de Residentes de Habitação Social para partilhar as suas opiniões e experiências para moldar a política em desenvolvimento.

Os Ministros reuniram-se com vários grupos de inquilinos para discutir as suas ideias para o desenvolvimento de uma Voz Nacional de Inquilinos liderada por inquilinos e para abordar o estigma que alguns residentes enfrentam.

Transparência e supervisão

A Recomendação 25 foi aceite em princípio, e em julho lançámos os primeiros painéis de [Inquéritos Públicos: Recomendações e Resposta do Governo](#), que acompanham a implementação de recomendações do relatório da Fase 2 do Inquérito da Torre Grenfell e do relatório do Inquérito do Sangue Infetado de maio de 2024. Os painéis continuarão a evoluir para incluir todos os inquéritos a partir de 2024, incorporando atualizações de implementação do governo e sendo atualizados trimestralmente.

A última atualização, publicada a 14 de novembro, incluiu atualizações de progresso sobre o Inquérito da Arena de Manchester, o Inquérito da Torre Grenfell, recomendações do Módulo 1 do Inquérito COVID-19 (COVID-19) e o Inquérito do Sangue Infetado. Este compromisso com a transparência melhora tanto o escrutínio público como a acessibilidade, em conformidade com esta recomendação. Esta recomendação está agora encerrada e foi totalmente cumprida.

Resumo da atualização sobre recomendações

Esta secção fornece uma atualização resumida do trabalho que foi realizado para cumprir as recomendações desde o último [relatório](#) de progresso em setembro de 2025. Está agrupada pelos temas utilizados pelo Inquérito.

Pode encontrar atualizações detalhadas sobre todas as recomendações utilizando as seguintes ligações:

- [a indústria da construção](#)
- [serviços de bombeiros e salvamento](#)
- [resposta e recuperação](#)
- [pessoas vulneráveis](#)

A indústria da construção

Regulador Único da Construção

No relatório de progresso de setembro, atualizámos sobre o progresso na implementação do regulador único da construção, começando com o trabalho para apoiar o regime regulamentar existente através do reforço do Regulador de Segurança de Edifícios (BSR - Building Safety Regulator). Em novembro, apresentámos um Instrumento Estatutário que irá transferir as funções de segurança de edifícios da Direção de Saúde e Segurança (Health and Safety Executive) para um organismo independente recém-criado.

Com base nas reformas ao BSR (Building Safety Regulator), [publicámos](#) hoje (17 de dezembro de 2025) o Prospekt do Regulador Único da Construção: Documento de Consulta. O prospecto confirmou o compromisso do Governo com a recomendação do Inquérito e apresentou mais detalhes sobre como iremos implementar o regulador único da construção. O prospecto também estabelece a nossa ambição de ir além da recomendação do Inquérito através de uma abordagem de longo prazo e abrangente a todo o sistema para a reforma regulamentar e consulta sobre as áreas-chave de foco para a nossa ambição.

Definição de edifício de maior risco

A recomendação para rever a definição de edifícios de maior risco está completa e foi totalmente cumprida. Hoje (17 de dezembro de 2025), o BSR (Regulador de Segurança de Edifícios) [publicou](#) os resultados da sua revisão inicial juntamente com os seus planos para a revisão contínua. A revisão inicial concluiu que a definição atual reflete adequadamente as evidências disponíveis sobre os riscos para os indivíduos decorrentes da propagação de incêndios e da falha estrutural. A recomendação do BSR (Regulador de Segurança de Edifícios), portanto, é não alterar o âmbito

neste momento. Isto foi cuidadosamente considerado e aceite pelo Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local.

A BSR (Regulamentação de Segurança de Edifícios) conduzirá uma revisão contínua da definição de maior risco. Isto garantirá que os dados e evidências sobre o risco para os indivíduos sejam regularmente avaliados para determinar se a lista de edifícios sujeitos à supervisão regulatória reforçada do regime de maior risco deve ser alterada de alguma forma.

Estrutura Governamental

O Regulador Nacional para Produtos de Construção no Departamento de Negócios e Comércio já reporta ao Secretário de Estado do MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local), e continuaremos a analisar a consolidação no contexto das recomendações mais amplas do relatório sobre reforma institucional.

As responsabilidades ministeriais para todas as funções relacionadas com incêndios foram transferidas do Ministério do Interior para o MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) a partir de 1 de abril de 2025 e a transferência de todo o pessoal relevante do Ministério do Interior para o MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) ocorreu a 1 de julho de 2025. A transferência orçamental foi aprovada, mas esta recomendação não pode ser encerrada até que o processo de Estimativas Suplementares Parlamentares tenha sido concluído. Ao transferir a totalidade das funções de incêndio para o MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) (e não apenas a responsabilidade pela segurança contra incêndios), o Governo foi além da recomendação do Inquérito.

Engenheiros de Incêndio

O Painel Consultivo de Engenheiros de Incêndio foi estabelecido em abril para fornecer aconselhamento especializado e académico ao governo sobre a profissão de engenharia de incêndio. Em consonância com a recomendação 17, tem vindo a desenvolver uma declaração autoritativa sobre as competências e conhecimentos esperados de um engenheiro de incêndio competente. Este trabalho, fundamentado pelo envolvimento do setor, é um passo fundamental para uma profissão mais consistente e responsável. A declaração autoritativa define o papel, as responsabilidades e os padrões esperados da profissão, apoiando a conduta ética e ajudando a reconstruir a confiança pública. Descreve uma série de princípios-chave que devem sustentar a regulamentação futura e faz parte de uma abordagem coordenada para implementar as recomendações 15 a 18.

Hoje (17 de dezembro de 2025), o departamento [publicou](#) a declaração autoritativa juntamente com um documento sobre os próximos passos. Este documento estabelece a abordagem planeada do Departamento para as recomendações 15, 16 e 18, fornecendo ao setor clareza sobre como a

declaração autoritativa se enquadra numa reforma mais ampla, incluindo planos emergentes para a regulamentação da profissão.

Controlo de Construção

O Painel Independente de Controlo de Construção continua a reunir-se regularmente e está a desenvolver ativamente as suas recomendações para o governo. Concordou em publicar um relatório final nos próximos meses, com o Governo a planejar emitir uma resposta formal no novo ano.

Serviços de bombeiros e salvamento

Faculdade de Bombeiros e Salvamento

Mantemos o compromisso de realizar uma consulta pública para recolher opiniões e evidências sobre o que uma nova faculdade de bombeiros e salvamento deve procurar alcançar, que funções deve cumprir e como pode ser melhor implementada. O MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) estabeleceu um Grupo de Tarefa e Conclusão com as principais partes interessadas no setor de incêndio para desenvolver as ideias que serão incluídas na consulta. A fim de desenvolver uma consulta que melhor atenda às expectativas do relatório do Inquérito Grenfell e que nos permita reunir uma base de evidências robusta, planeamos lançar a consulta no próximo ano.

Conselho Nacional de Chefes de Bombeiros (NFCC) e a Brigada de Bombeiros de Londres (LFB)

O trabalho do NFCC (Conselho Nacional de Chefes de Bombeiros) continuou a progredir de acordo com o plano de entrega e ação acordado. Várias peças de orientação nacional e materiais de aprendizagem foram revisadas com alterações e adições propostas a caminho da publicação, através dos canais de governação relevantes. A primeira orientação atualizada, [informação de risco específica do local](#), e elevadores e [chaves de elevador](#) foi publicada a 23 de outubro de 2025.

A posição do NFCC (National Fire Chiefs Council - Conselho Nacional de Chefes de Bombeiros) sobre as medidas necessárias para garantir orientação e normas adequadas para chaves de elevador e para assegurar maior padronização em toda a indústria de elevadores foi acordada e comunicada ao Building Safety Regulator (Regulador de Segurança de Edifícios). O envolvimento com a Ofwat (Office of Water Services - Escritório de Serviços de Água) continuou, proporcionando uma oportunidade para o NFCC (National Fire Chiefs Council - Conselho Nacional de Chefes de Bombeiros) destacar os problemas enfrentados pelos FRS (Fire and Rescue Services - Serviços de Bombeiros e Salvamento) no que diz respeito ao abastecimento de água e para influenciar mudanças positivas.

Resposta e recuperação

O Ministry of Housing, Communities and Local Government (MHCLG - Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) fez progressos significativos no fortalecimento da resiliência local. O financiamento foi fornecido aos cinco pioneiros do Local Resilience Forum (Fórum de Resiliência Local), que agora estão a implementar os seus planos, e o primeiro Chief Resilience Officer (Diretor de Resiliência) foi nomeado. Um grupo de trabalho nacional reuniu-se regularmente para conceber um protocolo de revisão por pares, acordando os seus componentes principais e preparando um rascunho que será refinado e testado até à primavera. MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local), juntamente com o CO (Gabinete do Conselho), continua a desenvolver uma forte parceria estratégica com a Local Government Association (LGA) (Associação do Governo Local), a Society of Local Authority Chief Executives (SOLACE) (Sociedade de Diretores Executivos de Autoridades Locais) e a UK Resilience Academy (UKRA) (Academia de Resiliência do Reino Unido) para fornecer formação às autoridades locais e apoiá-las na elaboração de relatórios sobre a formação em resiliência realizada. O MHCLG (Ministério da Habitação, Comunidades e Governo Local) continua a apoiar os esforços para incorporar o Plano de Ação de Resiliência do Governo do Reino Unido nos sistemas locais e para fortalecer a colaboração entre o governo nacional e local.

Pessoas vulneráveis

Planos Residenciais de Evacuação de Emergência Pessoal (RPEEPs)

Os Planos Residenciais de Evacuação de Emergência Pessoal (RPEEPs) serão obrigatórios a partir de 6 de abril de 2026 pelos Regulamentos de Segurança contra Incêndios (Planos de Evacuação Residencial (Inglaterra)), apresentados em 4 de julho de 2025. A orientação às Pessoas Responsáveis sobre a implementação destes Regulamentos foi [publicada](#) em 2 de dezembro de 2025.